

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CCPAR
CHAMAMENTO PÚBLICO CP - CCPAR
Nº 001/2023

1. INTRODUÇÃO

1.1. A COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS – CCPAR torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** sob a modalidade de **CREDENCIAMENTO** de interessados no cadastro de imóveis comerciais ociosos (lojas) com frente para a via pública, localizados exclusivamente na área delimitada no Anexo I, bairro Centro, com a finalidade de torná-los elegíveis para potencial incentivo a ser concedido pelo Município do Rio de Janeiro para reativação da região nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital.

1.2. O presente Chamamento Público se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações de Contratos), pelas normas gerais da Lei Complementar nº 229/2021 que Institui o Programa Reviver Centro; Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro; bem como as normas constantes deste Edital e seus Anexos, normas que os interessados declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais manifestações de interessados, serão acatadas por todas as participantes e serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4. O Chamamento Público a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovado, ou anulado, sem que caiba às participantes qualquer direito à reclamação ou indenização por estes motivos.

1.5. Os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados aos cuidados da Comissão de Avaliação e protocolados na sede da

COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR, na Rua Sacadura Cabral, nº 133, Saúde, na Cidade do Rio de Janeiro, telefone (21) 2153-1400, ou pelo e-mail: cpl@cdurp.com.br, das 10h às 16h.

1.5.1. A critério da Comissão de Avaliação, poderão ser organizadas sessões de esclarecimento no decurso do prazo aberto para recebimento das propostas.

1.6. Este Edital e seus Anexos estão disponibilizados no sítio https://www.rio.rj.gov.br/web/cdurp_portomaravilha, bem como na sede da CCPAR, no endereço descrito no subitem **1.5**, podendo os interessados comparecer munidos de *pen drive* para gravação dos arquivos.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO

2.1. A autorização do Diretor Presidente consta do Processo Administrativo nº POR-PRO-2023/00009 de 30/01/2023, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (D.O. RIO) de 31/01/2023.

3. PRAZOS

3.1. Os requerimentos de credenciamento deverão ser protocolados na sede da COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR, na Rua Sacadura Cabral, nº 133, Saúde, na Cidade do Rio de Janeiro no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste Edital.

4. DO OBJETO

4.1. O presente chamamento público visa o credenciamento de interessados no cadastro de imóveis comerciais ociosos (lojas) com frente para as vias públicas, localizados exclusivamente na área delimitada no Anexo I, bairro Centro, com a finalidade de torná-los elegíveis para potencial incentivo a ser concedido pelo Município do Rio de Janeiro para reativação da região nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital.

4.2. Serão elegíveis para cadastro os imóveis que, cumulativamente:

- a) Estejam localizados na região delimitada pelo Anexo I, no bairro Centro;
- b) Possuam pelo menos uma fachada e/ou acesso direto para logradouro público;

- c) Possuam finalidade exclusivamente comercial;
- d) Se encontrem em situação de ociosidade, caracterizada pela ausência do exercício de atividade econômica no imóvel; e
- e) Estejam situadas no pavimento térreo.

4.3. Sem prejuízo dos requisitos elencados no subitem 4.2, o proprietário do imóvel deverá manifestar seu interesse, por meio do preenchimento do modelo de requerimento de credenciamento previsto no Anexo II, em participar de futuros projetos deflagrados pela CCPAR e/ ou pelo Município do Rio de Janeiro derivados do presente Chamamento Público, inclusive no que tange eventual locação do imóvel para atividades econômicas ligadas às áreas a serem incentivadas pela Prefeitura como as áreas culturais/artísticas.

4.3.1. O protocolo do requerimento de credenciamento não vincula o proprietário do imóvel a aceitar qualquer proposta futura para locação do imóvel.

4.4. Não serão aceitos pedidos de credenciamento referentes a imóveis sem construção, ou seja, apenas terrenos baldios.

4.5. A abertura deste Chamamento Público não implica na obrigatoriedade de concessão de qualquer benefício e/ou incentivo de qualquer natureza pelo Município do Rio de Janeiro e/ou pela CCPAR, nos termos do item 9 deste Edital.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente Chamamento Público pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo, interessados no cadastro de imóveis de sua propriedade, localizados exclusivamente na área delimitada no Anexo I, bairro Centro, que atenderem às exigências constantes deste Edital.

5.2. No caso de participação em grupo, não haverá a necessidade de estabelecimento de vínculo formal entre os participantes.

5.3. Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Chamamento. O mesmo impedimento se aplica ao caso de o participante ser pessoa física e esteja enquadrada em alguma das situações deste item 5.3.

5.4. Será vedada também a participação de empresas que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

6. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

6.1. No prazo estabelecido no subitem 3.1, os interessados neste Chamamento Público apresentarão o requerimento de credenciamento e os documentos necessários.

6.2. O conjunto de documentos apresentados deverá conter requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo II, datado e assinado pelo proprietário ou por seu procurador/representante legal com reconhecimento de firma.

6.3. O credenciamento estará regido pelas seguintes condições:

6.3.1 É facultada à Comissão de Credenciamento, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

6.3.2 Os documentos exigidos para fins de credenciamento poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, e rubricados pelo representante legal da empresa, ou seu agente credenciado, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso.

6.3.3 A Comissão de Avaliação poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

6.3.4 A Comissão de Avaliação zelará pela confidencialidade das informações comercialmente sensíveis, que deverão ser expressamente indicadas pelos interessados.

6.3.5 As participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A CCPAR e/ou o Município do Rio de Janeiro, em nenhuma hipótese, será(ão) responsável(is) por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes.

7. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO

7.1. Os participantes apresentarão os documentos especificados a seguir para fins de credenciamento:

a) Para proprietários que sejam pessoas físicas:

a.1) Cópia da Identidade e do CPF;

a.2) Certidão da 1ª Circunscrição do RCPN da capital (interdições e tutelas);

a.3) Certidão do 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas;

a.4) Certidões do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuições;

a.5) Certidões emitidas pelas Justiças Eleitoral, Estadual e Federal e pelos Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro;

a.6) Certidões emitidas pela Receita Federal e SEFAZ.

b) Para proprietários que sejam pessoas jurídicas:

b.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

b.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

b.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

b.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

b.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b.6) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, inciso III, da Lei nº

8.666/93 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo IV;

b.7) Prova de inscrição do CNPJ da pessoa jurídica;

b.8) Cópia autenticada da escritura definitiva registrada no Cartório de Registro de Imóveis;

b.9) Certidão de matrícula do RGI, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias;

b.10) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel;

b.11) Planta baixa do imóvel, com dimensões de cada divisão interna do imóvel.

b.12) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

b.12.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da participante;

b.12.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da participante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a participante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

b.12.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da participante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a participante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

b.12.d) No caso de participante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a participante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

b.12.e) No caso de participante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou

escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a participante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a participante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

b.13) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

8. ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

8.1. Os requerimentos para credenciamento serão analisados pela Comissão de Avaliação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados do encerramento do período de recebimento de propostas previstos no item 3.1.

8.1.1. As informações obtidas neste chamamento serão combinadas com as demais informações técnicas eventualmente disponíveis para consolidação dos requerimentos.

8.2. Todos os requerimentos que preencham os requisitos constantes neste Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela Comissão de Avaliação.

8.3. Homologado o credenciamento, a relação será publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e disponibilizada no sítio https://www.rio.rj.gov.br/web/cdurp_portomaravilha.

8.4. Os imóveis cadastrados ficarão em banco de dados para eventual locação para os interessados em instalar no imóvel atividade dentro das regras de incentivo a serem estabelecidas em Edital próprio.

9. POTENCIAL INCENTIVO A SER CONCEDIDO

9.1. Com base na relação de imóveis credenciados e respeitada sua disponibilidade orçamentária e financeira, ato administrativo disporá sobre potencial incentivo a ser concedido aos proprietários com a finalidade de reativar a atividade comercial na área descrita no Anexo I será oportunamente editado pelo Município do Rio de Janeiro.

9.2. O potencial incentivo a ser concedido pelo Município do Rio de Janeiro poderá se dar sob a forma de subsídio econômico mensal para fins de auxílio no custeio das despesas

ordinárias do imóvel.

9.2.1. Eventual subsídio econômico será proporcional à metragem do imóvel credenciado, sendo correspondente ao valor mensal de R\$ 75,00/m² (sententa e cinco reais por metro quadrado).

9.3. Independente da metragem total do imóvel credenciado, o eventual subsídio econômico previsto nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 será limitado a 192 m² (cento e noventa e dois metros quadrados).

10. RECURSOS

10.1. Da relação de credenciamentos homologados, caberá recurso.

10.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da publicação da relação de credenciamentos no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, iniciando-se no primeiro dia útil seguinte da publicação, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

10.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Credenciamento.

10.3.1. A Comissão de Credenciamento poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

10.4. Caso a Comissão de Credenciamento não reconsidere sua deliberação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

11. FORO

11.1. Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto deste Chamamento Público.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A homologação do resultado do presente Chamamento Público não implicará em direito à celebração de Contrato ou em qualquer compromisso de que o imóvel cadastrado será efetivamente locado ou utilizado pelos interessados.

12.2. Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas nos seus anexos:

Anexo I – Descrição e Indicação das Áreas Abrangidas;
Anexo II – Requerimento de Credenciamento (assinatura com firma reconhecida);
Anexo III – Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 12.846/2013 e Decreto Municipal 43.562/2017;
Anexo IV – Declaração de Conformidade ao Decreto Municipal nº 19.381/2001;
Anexo V – Declaração de Inexistência de Impedimento.

12.3. Este Edital e seus anexos contêm 17 (dezessete) folhas, todas rubricadas pelo Presidente da Comissão de Avaliação.

COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS – CCPAR

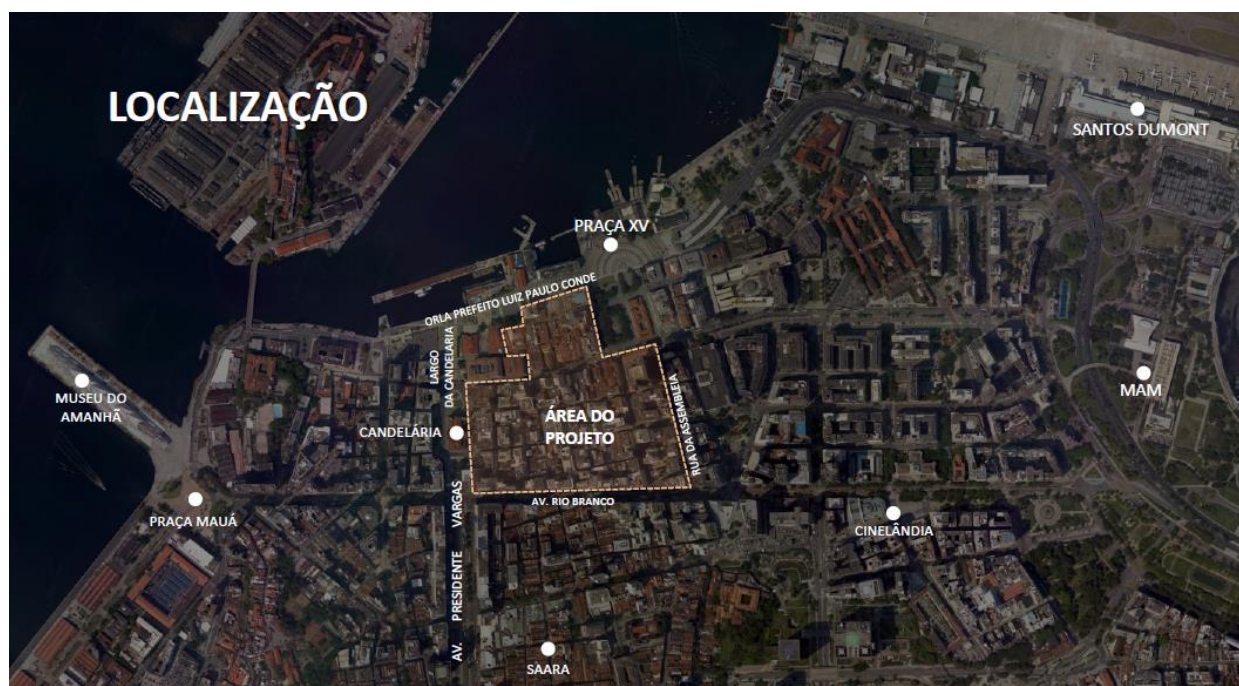
ANEXO I DO EDITAL DE CHAMAMENTO DESCRIÇÃO E INDICAÇÃO DAS ÁREAS ABRANGIDAS

O presente Chamamento Público refere-se ao credenciamento de interessados no cadastro de imóveis comerciais ociosos (lojas) com frente para a via pública, localizados exclusivamente na área delimitada no presente Anexo, bairro Centro, com a finalidade de torná-los elegíveis para potencial incentivo a ser concedido pelo Município do Rio de Janeiro para reativação da região nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital.

O Município do Rio de Janeiro visa, com o presente processo de seleção, dar continuidade à reativação da região Central, projeto iniciado com o “Plano Urbano Reviver Centro”, instituído pela Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021.

A ação visa criar cadastro de imóveis comerciais ociosos (lojas) na área delimitada que possuam interesse na locação destes para abrigar atividades econômicas ligadas às áreas a serem incentivadas pelo Município do Rio de Janeiro como aquelas de natureza cultural ou artística. Além disso, a medida objetiva incentivar a reativação econômica e cultural do Centro fora do horário comercial, isto é, aos fins de semana, feriados e no período noturno.

Conforme se verifica do mapa ilustrativo abaixo, a área do projeto está inserida nas imediações de relevantes pontos de interesse da região Central como o Pólo Comercial do Saara, a Igreja da Candelária e a Praça XV. Além do impacto direto nessas áreas, a reativação da região também beneficiará outras localidades próximas como a Praça Mauá e a Cinelândia:



Desse modo, a área do projeto engloba o polígono abaixo descrito:



- **Polígono delimitado pelos seguintes trechos de vias:**

(1) Lado Par da Rua da Assembleia, no trecho entre a Av. Rio Branco e Av. Primeiro de Março; (2) Lado par da Av. Rio Branco, no trecho entre Rua da Assembleia e Av. Presidente Vargas; (3) Lado ímpar da Av. Presidente Vargas, no trecho entre a Av. Rio Branco e a Av. Primeiro de Março; (4) Lado ímpar da Av. Primeiro de Março, no trecho entre a Av. Presidente Vargas e a Rua do Rosário; (5) Lado ímpar da Rua do Rosário, no trecho entre a Av. Primeiro de Março e a Rua Visconde de Itaboraí; (6) Lado par da Rua Visconde de Itaboraí, no trecho entre a Rua do Rosário e a Travessa Tinoco; (7) Travessa Tinoco, em toda sua extensão; (8) Orla Prefeito Luiz Paulo Conde no trecho entre a Travessa Tinoco e a Praça XV; (9) Lado par da Praça XV no trecho entre a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde e a Av. Primeiro de Março; (10) Lado ímpar da Av. Primeiro de Março, no trecho entre a Praça XV e a Rua da Assembleia.

- **Trechos de vias localizadas no interior do polígono:**

(11) Ambos os lados da Rua Sete de Setembro, no trecho entre a Av. Rio Branco e a Av. Primeiro de Março; (12) Ambos os lados da Rua do Ouvidor, no trecho entre a Av. Rio Branco e a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde; (13) Ambos os lados da Rua do Rosário, no trechos (a) entre a Av. Rio Branco e a Av. Primeiro de Março, e (b) entre a Rua Visconde de Itaboraí e a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde; (14) Ambos os lados da Rua Buenos Aires, no trecho entre a Av. Rio Branco e Rua Primeiro de Março; (15) Ambos os lados da Rua da Alfândega, no trecho entre a Av. Rio Branco e Rua Primeiro de Março; (16) Ambos os lados do Beco dos Barbeiros, em toda sua extensão; (17) Ambos os lados

da Rua Rodrigo Silva, no trecho entre a Rua da Assembleia e a Rua Sete de Setembro; (18) Ambos os lados da Travessa do Ouvidor, em toda sua extensão; (19) Ambos os lados da Rua da Quitanda, no trecho entre a Rua da Assembleia e a Av. Presidente Vargas; (20) Ambos os lados da Rua do Carmo, no trecho entre a da Rua da Assembleia e a Rua Buenos Aires; (21) Ambos os lados da Rua da Candelária, no trecho entre a Rua Buenos Aires e a Av. Presidente Vargas; (22) Ambos os lados da Av. Primeiro de Março, no trecho entre a Praça XV e a Rua do Rosário; (23) Ambos os lados da Rua dos Mercadores, em toda sua extensão; (23) Ambos os lados da Travessa do Comércio, em toda sua extensão.

ANEXO II DO EDITAL DE CHAMAMENTO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

(em papel timbrado da empresa)

À Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR

Rua Sacadura Cabral, 133 – Rio de Janeiro

Chamamento Público CCPAR nº 001/2023.

Qualificação do Interessado			
Nome/Razão Social:			
CPF/CNPJ:			
Cargo, profissão ou ramo de atividade:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade	UF	CEP:
Telefone Fixo:		Celular:	
E-mail:			
Informações sobre o Imóvel			
Endereço:			
Matrícula:			
Inscrição Imobiliária:			
Área do imóvel:			
Data da Última Locação/Utilização do Imóvel (Término do Contrato):			
DECLARO , sob as penas da lei, que o imóvel comercial objeto do presente requerimento se encontra desocupado/ocioso na presente data, sem destinação para qualquer atividade econômica e/ou comercial.			
Informações sobre Projetos Futuros			
DECLARO , que possuo interesse em participar de futuros projetos deflagrados pela CCPAR e/ou pelo Município do Rio de Janeiro relacionados ao Chamamento Público CCPAR nº 001/2023.			
DECLARO que possuo interesse em eventual disponibilização do imóvel para projetos Município do Rio de Janeiro ante o recebimento de possível incentivo financeiro.			
DECLARO que possuo interesse em locar o imóvel para o exercício de atividades econômicas e/ou culturais, inclusive com horário de funcionamento estendido e/ou aos finais de semana.			

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO III DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017**

Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR

Chamamento Público CCPAR nº 001/2023.

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____

[endereço da sociedade empresarial]

A parte que a esta subscreve declara conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO III DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017
(em papel timbrado da empresa)

Para a execução deste instrumento jurídico, a parte declara conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se compromete a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilização da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO IV DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001**

CCPAR

CHAMAMENTO PÚBLICO CCPAR Nº 001/2023

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no quadro funcional profissional que
tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos
últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto “N” nº
19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO V DO EDITAL DE CHAMAMENTO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**

CCPAR

CHAMAMENTO PÚBLICO CCPAR Nº 001/2023

_____, inscrita no CNPJ nº _____,
por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a)
da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins de participação no Chamamento Público supracitado, que não incide em
nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item (5) do Edital.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)